

DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: CAPACITAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO

CARLA HAYASHI- UEL¹
DAINON MACHADO – UEL²
MELVIN ETO – UEL³
SIMONE YAMANIHA – UEL⁴
INGRID AUSEC – UEL⁵

Introdução

Ao analisar o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil, pode-se perceber que a falta de conhecimento sobre as necessidades especiais caracteriza-se como um dos principais potencializadores da marginalização das diferenças, bem como da falta de serviços que atendam às necessidades individuais, impasse encontrado não só na educação básica como também no ensino superior. Moreira (2005) aponta que estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito da educação especial, destinam-se, em sua grande maioria, à inclusão do aluno com necessidades especiais na educação básica, evidenciando a necessidade de reflexões dessa natureza no ensino superior, de modo a garantir uma educação pautada em critérios inclusivos e democráticos em todas as etapas e modalidades da formação educacional. Além da função social de produzir conhecimento, de forma a promover o desenvolvimento da cultura, a universidade caracteriza-se como um meio de convívio social, tendo, dessa forma, a responsabilidade de promoção da cidadania e, conseqüentemente, de oferecer oportunidades e incentivo à educação para todos (Castanho & Freitas, 2005). Com relação a essa temática, começa a se concretizar, no Brasil, legislações que amparam o aluno com necessidades especiais e seu ingresso no ensino superior. A garantia de acesso desse aluno na graduação tem amparo na regulamentação da Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que consolida normas de proteção, além de outras providências. Moreira (2005), a Portaria 3.284/2003 MEC/GM, expõe a responsabilidade das universidades públicas e privadas na garantia de condições básicas de acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais físicas e sensoriais, determinando que na avaliação da oferta de cursos superiores, estejam incluídas as exigências de acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Tais exigências contemplam: a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, para permitir acesso aos espaços de uso coletivo; b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço; c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, para

¹ Estagiária de Psicologia no Núcleo de Acessibilidade da UEL – email: carlamhayashi@gmail.com

² Estagiário de Psicologia no Núcleo de Acessibilidade da UEL – email: dainonmachado@gmail.com

³ Estagiário de Psicologia no Núcleo de Acessibilidade da UEL – email: melvimeto@hotmail.com

⁴ Estagiária de Psicologia no Núcleo de Acessibilidade da UEL – email: simoneyamaniha@gmail.com

⁵ Psicóloga e coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: nac@uel.br. Pró-Reitoria de Graduação. Campus Universitário. Cx. Postal 6001 | CEP 86051-980 | Londrina – PR. Fone: (43) 3371-4148 | Fax: (43) 3371-4746

facilitar a circulação de cadeira de rodas; d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas. No que se refere aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais auditivas e visuais, essa Portaria determina o compromisso das Instituições de Ensino Superior em manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia e impressora em braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, *software* de ampliação de tela e outros equipamentos para estudantes com necessidades educacionais especiais visuais. Assim como, oferecer intérprete de língua de sinais, especialmente durante a realização de testes, flexibilizar a correção das provas escritas, dentre outros itens para atender os alunos com necessidades educacionais especiais auditivas. Cabe lembrar que os aparatos legais, por si só, não garantem a efetividade da inclusão, sendo, dessa forma, necessária mobilização por parte das instâncias competentes, no sentido de sensibilizar a comunidade acadêmica em direção ao cumprimento do que a legislação propõe, além de conscientizar alunos, professores e demais membros da universidade acerca das diferenças, de modo a possibilitar a integração do aluno com necessidades especiais. Moreira (2005) aponta ainda que os dados preliminares do senso escolar 2003 indicaram um aumento no número de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e que esse dado é importante no sentido de problematizar e levantar reflexões acerca da chegada desse aluno no ensino superior, já que, o acesso à graduação vem se tornando cada vez mais essencial para o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, para a conquista de empregos que exijam qualificação. Dessa forma, a preparação da universidade para atender às necessidades e assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais torne-se essencial. Seguindo essa temática, Pacheco e Costas (2006) afirmam:

Para que se avance nessa direção, é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação – que, além do conhecimento da demanda, possibilitem a identificação, análise, divulgação e intercâmbio de experiências educacionais inclusivas – e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

Além disso, as autoras apontam como fator primordial para a inclusão no ensino superior, a formação e capacitação dos docentes. Sobre essa questão, Carvalho et al (2008), em revisão de literatura, compilou dados que sugerem que a postura do professor universitário precisa pautar-se na prática reflexiva, indo além das políticas públicas, pois a inclusão educacional só poderá se efetivar quando houver clareza sobre a condição da pessoa com necessidades especiais, suas habilidades e fragilidades. Como afirmam Castanho e Freitas (2005), a qualificação do profissional no ensino superior como agente de inclusão exige conhecimentos que ultrapassam o científico, pois o docente irá se defrontar com incertezas, singularidades e conflitos de valores durante sua atuação, sendo, desse modo, essencial que tal profissional seja capacitado para enfrentar a realidade do contexto universitário. Nesse sentido, Thoma (2006) coloca em questão a urgência de providências a favor da educação inclusiva, alertando para o risco da “inclusão excludente”, a qual possibilita acesso à universidade por meio de vestibular

e outros processos seletivos, mas que após ingresso do aluno com necessidades especiais, nada oferece para que sejam atendidas essas necessidades. Na mesma direção, Vargas (2006) esclarece que a proposta de direitos iguais a todos só poderá ser colocada em prática a partir do reconhecimento da necessidade tratamento diferenciado aos alunos, de acordo com suas demandas, no sentido de assegurar as necessidades educativas de um, de forma igualitária:

Pensar no diferente não significa unicamente atribuir ao sujeito mais ou menos capacidades e possibilidades. Significa, sim, deixar de lado parâmetros estabelecidos e trabalhar a partir do que seja 'diferente'; proporcionando, assim, atendimento especializado para aqueles que dele precisarem. (Vargas, 2004, p. 24 apud Vargas, 2006).

Para que isso seja possível, cabe ao professor uma postura de mediador, pesquisador e motivador, colaborando para o reconhecimento e aceitação da diversidade, sendo de suma importância, portanto, que esse profissional esteja preparado para enfrentar os entraves provenientes da experiência com grupos de diferentes e propor soluções que garantam oportunidades iguais, de modo que o aluno com necessidades especiais, assim como os demais, venha a participar ativamente no processo de aprendizagem (Santos, 2005). Como medidas potencializadoras do processo de inclusão, Pacheco e Costas (2005) elencam a formação continuada de professores, a adaptação do currículo, a produção e adequação de recursos pedagógicos, além da criação de comissões e núcleos na universidade, encarregados de desenvolver meios e práticas que vão de encontro com proposta da inclusão. Ao analisar o panorama atual da capacitação docente para a educação inclusiva nas universidades do Brasil, encontramos uma iniciativa por parte do MEC/SEESP, partindo da Portaria 1793/1994, a qual sugere a inclusão no currículo dos cursos de Pedagogia, Psicologia e demais licenciaturas, da disciplina "Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais", além da inclusão de conteúdos relativos a essa disciplina em cursos da saúde, no curso de serviço social e nos demais cursos superiores, de acordo com suas especificidades. A respeito disso, Chacon (2001), analisou em um estudo, as reações das universidades brasileiras à proposta do MEC, encontrando como resultado, um percentual de 22,5% das universidades pesquisadas com alterações na grade curricular. Esse estudo abrangeu todas as universidades federais do Brasil, além das estaduais e particulares de São Paulo e Mato Grosso, somando um número de 58 instituições. Em outro estudo, Pacheco e Costas (2005) entrevistaram coordenadores dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria, buscando visualizar como está acontecendo o processo de inclusão na instituição, com enfoque na preparação dos docentes. De acordo com os relatos dos coordenadores, as autoras concluíram que o maior obstáculo para a que a inclusão se efetive, é a falta de preparo dos professores, pois, embora contem com nove alunos com necessidades especiais na instituição, não existe uma política institucional para orientar a efetivação do processo inclusivo.

Ao pensar na atual demanda por capacitação docente na Universidade Estadual de Londrina, pode-se citar a pesquisa realizada por Vitaliano (2007), a qual buscou verificar, através de entrevista semi-estruturada e questionário, se os docentes da UEL consideram que têm preparo suficiente para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais. Através desse estudo, a autora concluiu que uma porcentagem significativa dos participantes (84,2%) reconhece que não têm preparação e conhecimentos suficientes para promover a inclusão dos alunos. Além disso, essa

pesquisa buscou identificar se tais docentes sentem necessidade de participação em um programa de preparação pedagógica para inclusão de alunos com necessidades especiais, e constatou que, de modo geral, os professores encontram-se motivados para tal aprendizado, podendo, dessa forma, atender às demandas dos alunos, por meio de metodologias adequadas. Vitaliano (2007), nesse mesmo artigo, problematiza o fato de que apenas 5 dos 14 cursos de licenciatura da UEL apresentam uma disciplina que faz referência à inclusão de alunos com necessidades especiais, dado que traz a preocupação quanto à preparação dos acadêmicos que futuramente serão professores da educação básica e possivelmente encontrarão dificuldades caso precisem promover a inclusão. Seguindo essa temática, o presente trabalho terá enfoque na proposta de capacitação realizada pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (NAC). Criado em 1991 como Comissão Permanente de Acompanhamento de Estudantes com Deficiência, e reformulado em 2002 pela Resolução CEPE nº70/02, passando a denominar-se Programa de Acompanhamento a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais. Em 2009, suas ações foram consolidadas na área de Educação Especial sendo, finalmente, reestruturado enquanto Núcleo de Acessibilidade da UEL. O NAC é constituído por uma equipe multidisciplinar e, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, tem enfoque no apoio educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UEL. Dentre os serviços oferecidos pelo Núcleo, há a orientação aos docentes, realizada junto aos de Colegiados de Cursos, propondo adaptações metodológicas e curriculares, bem como recursos de acessibilidade aos estudantes acompanhados buscando informar e promover a acessibilidade e inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais nos processos educativos da instituição. Além disso, o NAC disponibiliza o Espaço Docente, caracterizado por reuniões para discussões e orientações voltadas à capacitação dos docentes da instituição quanto ao ensino e aprendizagem dos estudantes que fazem parte da clientela da educação, sendo que essas reuniões podem ser propostas pelo NAC ou solicitadas pelos docentes.

Método

Com o objetivo de mobilizar os coordenadores de colegiado de curso para a inclusão de estudantes com deficiência visual nos cursos de graduação da UEL e oferecer ferramentas e sugestões para o manejo desses estudantes no dia-a-dia do professor em sala de aula, o Núcleo de Acessibilidade da UEL propôs reuniões de capacitação aos coordenadores de colegiados dos cursos de graduação da UEL

O tema de Baixa Visão foi escolhido uma vez que se refere ao maior número de estudantes com deficiência cadastrados no NAC até Julho/ 2012. Atualmente, 7 (sete) estudantes de graduação com baixa visão (BV) estão cadastrados no NAC. Em um primeiro momento, os representantes de colegiados que tinham estudantes com BV foram convidados para a capacitação. No total de 6 coordenadores de colegiados foram convidados, sendo eles os cursos de Geografia, Física, Serviço Social, História, Engenharia Elétrica e Pedagogia.

O encontro teve duração de 120 minutos e foi feita uma apresentação através de slides do software PowerPoint, de forma oral. Também foi disponibilizado material impresso sobre BV, referente à apresentação. Dentre os objetivos da apresentação estavam:

- a) falar, de forma resumida, sobre o conceito de Deficiência Visual: Cegueira e Baixa Visão (BV);
- b) apresentar sugestões para o professor no trato do estudante BV em sala de aula;
- c) apresentar a Informática como facilitador da aprendizagem do estudante BV;
- d) apresentar alguns Recursos Ópticos e Não Ópticos (tecnologias assistivas) para o professor;
- e) apresentar algumas práticas no contexto Acadêmico relativos à BV (criação, adaptação e confecção de material pedagógico adaptado, por exemplo);
- f) falar sobre a Flexibilização Curricular e Inclusão Escolar em geral citando suas respectivas legislações suportivas.

Em um segundo momento, foi feito outro encontro sobre o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência visual no ensino superior e os 43 (quarenta e três) coordenadores de colegiado de curso foram convidados. Os objetivos deste novo encontro foram: oferecer novos subsídios aos professores para promover a inclusão dos alunos com deficiência visual nas salas de aula; dar oportunidade de reflexão sobre o processo educacional do estudante com deficiência visual, favorecendo seu desenvolvimento e aprendizagem e incentivar a inserção de aspectos relativos à educação especial nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação.

A palestra foi ministrada pela coordenadora do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual de Londrina (CAP-DV). O CAP-DV é um órgão vinculado ao Núcleo Regional de Educação (NRE) e visa promover a formação de profissionais da educação e a comunidade em geral, para a melhoria do atendimento aos educandos cegos, aos de baixa visão e/ou visão subnormal, garantindo acesso aos recursos específicos necessários a seu atendimento educacional.

Resultados

Em relação ao primeiro encontro, dos 6 representantes convidados, somente a coordenadora do colegiado de Serviço Social esteve presente no dia marcado. Também estiveram presentes os membros, colaboradores e estagiários do NAC. A reunião prosseguiu conforme os objetivos previstos, mas dada a presença de apenas um colegiado de curso a apresentação dos conteúdos foi intercalada com exemplos trazidos pela professora no sentido de promover uma conversa mais próxima à suas necessidades. Ao final, a professora conheceu os recursos de tecnologia assistiva disponíveis no NAC (impressora e máquina de escrever em braile, lupa eletrônica e os sintetizadores de voz).

No segundo encontro de capacitação para atendimento educacional de estudantes com deficiência visual, dos 43 coordenadores de colegiados convidados, 8 (oito) dos cursos Comunicação Social, Educação Física (licenciatura), Geografia, Pedagogia, Enfermagem, Arquivologia, Ciências Biológicas e Letras (Línguas Estrangeiras Modernas) estiveram presentes e receberam informações, orientações e subsídios para a prática docente inclusiva. Nesse encontro, foi entregue aos coordenadores, um “questionário docente”, visando avaliar como é abordado o assunto entre os participantes. Com base no questionário, foi possível constatar que todos os coordenadores presentes no encontro consideram importante ter informação prévia de que terá estudante cego ou BV para o planejamento das atividades de aula. Em relação ao que consideram relevante saber para o atendimento adequado de estudantes com

deficiência visual, os professores responderam: “conhecer o histórico do estudante”, “ter acesso a projetos e equipamentos de apoio na instituição”, “trocar experiências com outras IES”, “saber a forma adequada de receber o estudante”, “preparar os outros funcionários da instituição” e “trocar informações com os outros docentes do estudante”. Dos 8 professores presentes na capacitação, 6 nunca buscaram informações sobre a deficiência visual, nem solicitaram algum tipo de apoio no NAC. Entre os motivos elencados por eles estão: “não teve alunos com esta deficiência”, “não conhecia o NAC”, “não achou necessário” e “já procurou o NAC, mas porque teve aluno com deficiência de mobilidade física”. Um dos professores não respondeu. Sobre as dificuldades de atendimento ao estudante com deficiência visual, as respostas dos coordenadores foram específicas. No entanto, apareceram dois aspectos gerais: 1) dificuldade de acesso a equipamentos de acessibilidade e 2) dificuldade de acesso ao tipo de deficiência (suas características). Por fim, alguns dos docentes sugeriram que as capacitações fossem estendidas a todos os docentes e não apenas aos coordenadores de colegiados.

Discussão

Na Universidade Estadual de Londrina o Núcleo de Acessibilidade (NAC), que atua em diversas áreas da educação especial dentro da universidade, promoveu um programa para capacitação de docentes que lidam com estudantes com NEE. Sabe-se que um dos grandes problemas quando falamos em necessidades especiais está na falta de informação que se tem sobre os limites de cada estudante com NEE e, também, na falta de orientações sobre como a Universidade, coordenadores de colegiado e professores podem atuar para ajudar esse estudante em sua vida acadêmica.

Pacheco & Costas (2006) salientam os objetivos da formação inicial dos professores, que devem incluir dimensões relativas aos conhecimentos, destrezas e processo de atenção à diversidade dos alunos. A formação inicial deve estar preocupada em preparar os professores que irão se deparar, inevitavelmente, com a diversidade em sala de aula, promovendo reflexão sobre a prática educativa.

Partindo do princípio de que a capacitação docente é um dos alicerces para a inclusão, os professores precisam estar capacitados para atender a todos os estudantes, sejam eles com necessidades educacionais especiais ou não. De acordo com Pacheco & Costas (2006), muitos dos professores que irão trabalhar com algum estudante com NEE adquirem informação sobre tal somente estudante quando se deparam com ele na sala de aula. Isso demonstra que na formação desse professor não houve qualquer tipo de contato com temas que permeiam a educação especial, ou a condição específica do estudante. O resultado disso pode ser grande ansiedade por parte do professor de lidar com esse estudante, já que ele pode se sentir despreparado para dar o necessário apoio ao estudante.

As capacitações oferecidas pelo NAC estão de acordo com tais pressupostos e nelas foram abordados temas como Transtorno Global de Desenvolvimento, Esquizofrenia e Baixa Visão e Cegueira, que se configuram como condições encontradas em estudantes do ensino superior e que necessitam de um olhar diferenciado.

Conclusão

Tendo em vista a importância central da capacitação de professores que lidam com alunos com necessidades educativas especiais no ensino superior no que se refere à inclusão, pode-se concluir que esse tipo de programa é uma forma legítima de transmitir a esses profissionais informações referentes à condição de aprendizagem de seus alunos, e discutir sobre possíveis mudanças para que o estudante se adapte melhor ao seu ambiente acadêmico. E, durante esse processo, fazer com que o professor se sinta mais seguro ao se deparar com estudantes com deficiência visual. Como já discutido anteriormente, e endossado por grande parte dos autores que publicam na área de educação, o acesso a esse tipo de informação deveria fazer parte da formação do professor enquanto grade curricular de sua licenciatura. Em vista disso, a alternativa de fazer um programa de capacitação através de órgãos que atuam na área de acessibilidade, como o NAC, é uma alternativa viável para suprir essa demanda. O viés da inclusão está a cada dia mais presente dentro da universidade e fora dela, o que quer dizer que cada vez mais estudantes com deficiência chegarão ao ensino superior nos próximos anos, e as universidades precisam estar preparadas para que seja possível atendimento adequado a essas pessoas, e a capacitação docente configura-se como um pilar importante para isso.

Referências

- Ausec, Barbosa & Fornazari (2011). Núcleo de Acessibilidade da UEL. Atendimento Educacional Especializado aos Estudantes com NEE. Material informativo. Disponível em: www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/material_informativo_proe_ne.pdf e acessado em Outubro/2012.
- Carvalho, E., Fontoura, I., Tosato, M. G. e Silva, V. S. (2008). Qualificação de docentes em ensino superior na temática da Inclusão. XII INIC / VIII EPG – UNIVAP, pag. 01-04.
- Castanho, D. M. & Freitas S. N. (2005). Inclusão e prática docente no ensino superior. In: Revista Educação Especial. Santa Maria, n. 27, 2005. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2006/01/a6.htm> e acessado em: Outubro/2012
- Chacon, M. C. M. Formação de recursos humanos em educação especial: respostas das Universidades à recomendação da Portaria Ministerial nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2001.
- Moreira, L. C. (2005). In(ex)clusão na universidade: o aluno com NEE em questão. In: Revista Educação Especial. Universidade Federal de Santa Maria, n 25. Santa Maria: LAPEDOC/CE, p. 37 – 48.
- Pacheco, R.V. & Costas, F.A.T. P (2006). Processo de inclusão de acadêmicos com NEE na Universidade Federal de Santa Maria. Revista Educação Especial.
- Santos, A. R. F. dos. et al. (2005). O professor e a inclusão. Educação Inclusiva. Sociedade brasileira de referência em educação inclusiva. Guarujá, 2005. Disponível em: www.sobrei.org.br/sobrei/mostraArtigo.asp?idArtigo=253-18k e acessado em Outubro/2012.
- Thoma, A. S. (2006). A inclusão no ensino superior: “ – ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”. GT Educação 1485 Especial, n. 15. 29. Reunião Anual da Anped, Caxambu, MG, 15 a

18 de outubro de 2006. Disponível em: www.anped.org.br e acessado em Outubro/2012.

- Vargas, G. M. S. (2006). A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica – Prática de Ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. Ponto de Vista. Florianópolis. 2006. n.8. p.131-138.
- Vitaliano, C.R. (2007). Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com NEE. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2007, v.13, n.3, p.399-414.